

## MANDADO DE SEGURANÇA

Capítulo I – Conceito e natureza jurídica .....	11
Capítulo II – Cabimento.....	15
1. Direito líquido e certo.....	15
2. Direito não amparável por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i> .....	17
3. Ilegalidade ou abuso de poder .....	19
4. Ação ou omissão, atual ou iminente, de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício das atribuições do Poder Público.....	21
Capítulo III – Restrições ao cabimento do mandado de segurança .....	25
1. Ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo .....	26
2. Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.....	27
3. Decisão judicial transitada em julgado.....	29
4. Lei ou ato normativo em tese .....	29
5. Mandado de segurança e ação de cobrança .....	31
6. Ato político (ou de governo), ato interna corporis e processo legislativo .....	32
7. A questão dos atos disciplinares .....	35
Capítulo IV – Legitimidade ativa e passiva: impetrante e impetrado.....	37
1. Legitimidade ativa: impetrante ou sujeito ativo .....	37
2. Legitimidade passiva: impetrado ou sujeito passivo .....	41
Capítulo V – Prazo para a impetração .....	47
Capítulo VI – Competência.....	53
1. Critério para definição.....	53
2. Impetração perante juízo incompetente.....	56
3. “Deslocamento” da autoridade coatora.....	56
Capítulo VII – Procedimento .....	59
1. Petição inicial .....	59
2. Tramitação do writ e indeferimento da petição inicial .....	62
3. Liminar .....	63
3.1 Pressupostos para a concessão .....	63
3.2 Caução ou contracautela.....	65
3.3 Impugnação à decisão que concede ou nega a liminar.....	65
3.4 Vedações à concessão de liminares .....	66
3.5 Perda da eficácia.....	68
3.6 Liminar e denegação do mandado de segurança .....	69
4. Notificação e informações da autoridade coatora.....	70
5. Desistência.....	72
6. Litisconsórcio e assistência .....	72
7. Intervenção do Ministério Público .....	77
8. Sentença e coisa julgada .....	78
9. Execução.....	82

10. Efeitos patrimoniais pretéritos decorrentes da concessão da ordem .....	83
11. Recursos .....	86
12. Honorários advocatícios e custas processuais .....	89
Capítulo VIII – Mandado de Segurança Coletivo.....	91
1. Considerações gerais .....	91
2. Legitimidade ativa.....	96
3. Objeto .....	98
4. Litispêndência e coisa julgada.....	99

## AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Capítulo I – Conceito .....	105
Capítulo II – Interesses ou direitos tutelados .....	109
Capítulo III – Inquérito Civil .....	113
1. Conceito, natureza jurídica e características .....	113
2. Instauração.....	115
3. Instrução .....	116
4. Conclusão e valor probatório .....	117
Capítulo IV – Competência.....	121
Capítulo V – Legitimidade <i>ad causam</i> .....	123
Capítulo VI – Outros aspectos processuais.....	125
1. Rito processual .....	125
2. Objeto e pedido .....	125
3. Tutela cautelar e antecipação de tutela .....	127
4. Litispêndência .....	129
5. Desistência e transação.....	130
6. Sentença e coisa julgada.....	131
7. Recursos .....	135
7. Execução .....	136
8. Custas e honorários advocatícios ou periciais .....	137

## AÇÃO POPULAR

Capítulo I – Conceito, finalidade e natureza dos interesses tutelados .....	143
Capítulo II – Legitimidade ativa e passiva .....	145
1. Legitimidade ativa .....	145
2. Legitimidade passiva.....	147
Capítulo III – Objeto e requisitos da ação popular .....	149
Capítulo IV – Competência.....	157
Capítulo V – Ministério Público .....	159

Capítulo VI – Procedimento .....	161
1. Peculiaridades do rito na ação popular .....	161
2. Suspensão liminar do ato lesivo .....	163
3. Sentença e coisa julgada .....	164
4. Recursos .....	165
5. Execução .....	167
6. Prescrição .....	168

## HABEAS DATA

Capítulo I – Conceito, objeto e natureza jurídica .....	173
Capítulo II – Cabimento.....	175
1. Assegurar o <i>conhecimento</i> de informações relativas à pessoa do impetrante .	175
2. Assegurar a <i>retificação</i> de dados relativos à pessoa do impetrante .....	178
3. Assegurar a anotação, nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro .....	179
4. Informações constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.....	180
5. <i>Habeas Data</i> ou Mandado de Segurança? .....	182
Capítulo III –Prévio requerimento administrativo e interesse de agir .....	183
Capítulo IV – Legitimidade ativa e passiva: impetrante e impetrado.....	187
Capítulo V – Competência .....	189
Capítulo VI – Outros aspectos processuais.....	191

## MANDADO DE INJUNÇÃO

Capítulo I – Conceito, finalidade e objeto .....	199
Capítulo II – Pressupostos .....	201
1. Falta de norma regulamentadora .....	201
2. Inviabilidade do exercício de direito ou liberdade constitucional, ou de prerrogativa inerente à nacionalidade, à soberania e à cidadania .....	203
Capítulo III – Competência .....	205
Capítulo IV – Aspectos processuais.....	207
1. Legitimidade ativa e passiva .....	207
1.1 Legitimidade ativa.....	207
1.2 Mandado de injunção coletivo. ....	207
1.3 Legitimidade passiva.....	208
2. Prazo para impetração .....	209
3. Procedimento.....	209
3.1 Desistência.....	209
3.2 Perda do objeto.....	209
3.3 Liminar. ....	210

3.4 Sistema recursal.....	210
4. Conteúdo da decisão proferida em mandado de injunção.....	211
4.1 Possibilidades.....	211
4.2 Evolução da jurisprudência e posição atual do STF.....	212
5. Execução e coisa julgada.....	214

## AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Ação direta de inconstitucionalidade.....	217
---	-----

## A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

A ação declaratória de constitucionalidade.....	231
---	-----

## ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)

Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	237
Capítulo I – Considerações gerais.....	237
Capítulo II – Preceito Fundamental.....	239
Capítulo III – Modalidades e objeto da ADPF.....	241
Capítulo IV – O caráter subsidiário da ADPF.....	244
Capítulo V - Legitimidade <i>ad causam</i> e competência.....	246
Capítulo VI – Procedimento e efeitos da decisão na ADPF.....	246

Bibliografia.....	251
-------------------	-----

APÊNDICE.....	253
Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.....	253
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.....	262
Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997.....	268
Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999.....	273
Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999.....	284
Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009.....	288